

**PROJETO DE LEI Nº 157/2024.**  
(Do Senhor Francisco Limma)


Reconhece como de Utilidade Pública a  
Fundação Francisco Pinheiro de Araújo.

A Assembleia Legislativa do Piauí DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública da Fundação Francisco Pinheiro de Araújo, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 17.393.773/0001-88, com sede na Av. Duque de Caxias, 528, Bairro Rodagem de Picos, Oeiras-PI, CEP 64.500-000, fundada em 07 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Petrônio Portela, em Teresina, 01 de agosto de 2024.

  
Dep. Francisco Limma


PT

### JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa reconhecer como de utilidade pública a Fundação Francisco Pinheiro de Araújo. A referida fundação já desenvolve seus trabalhos há mais de 10 anos e tem por finalidade empreendimentos e promoção humana, elevação do nível de vida e bem-estar social nas áreas rurais e urbanas, dando condições para concretizações de saúde, educação, informação, lazer, habitação, cultura, ciência, desporto, agricultura, pecuária e outros instrumentos de apoio ao desenvolvimento socioeconômico da população.

Outrossim, a Fundação tem ainda como objetivo apoiar entidades científicas e tecnológicas a desenvolverem pesquisas em todos os setores de atividades, promovendo e divulgando atividades culturais, científicas, artísticas, folclóricas e outras manifestações da cultura popular; realizar cursos e eventos de formação e aperfeiçoamento de atividades agroindustrial, convivência com o semiárido, manejo sanitário de caprinos, ovinos, aves, assistência técnica na área produtiva rural e social, dentre outros.

Diante disso, e entendendo pela relevância dos serviços prestados pelo instituto, peço o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do projeto.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE OEIRAS**  
**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO**  
**NOTAS E REGISTROS DE IMÓVEIS**  
Anchieta Clementino Ramos Santos - Tabelião Público  
Armando Oliveira Santos - Escrevente Substituto  
Manoel Leal Júnior - Escrevente Substituto  
Lucas Silva Dias - Escrevente Compromissado  
Rua Padre Freitas - 12 - Centro - CEP: 64.500-000, Fone: 89-3462-1537  
e-mail: juniorchieta@hotmail.com

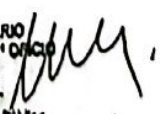
---

### CERTIDÃO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS


Certidão a requerimento da FUNDAÇÃO "FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO", inscrita no CNPJ nº 17.393.773/0001-88.

Certifico que encontra-se registrado sob nº 1.374, às folhas 024/027, do Livro Integral - Livro B - 03 - Títulos e Documentos, em 27 de abril de 2017, neste Cartório do Primeiro de Notas e Registros de Imóveis, da Comarca de Oeiras, Estado do Piauí; o instrumento do teor seguinte: REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO "FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO" aprovada em Assembleia Geral realizada no dia 30/07/2015. ESTATUTO DA FUNDAÇÃO. FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO. CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO E SEDE. Art. 1º. A Fundação "Francisco Pinheiro de Araújo - FFPA" é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, com atuação em todo território do Estado do Piauí, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável. Parágrafo único. Para todos os efeitos, as denominações Fundação "Francisco Pinheiro de Araújo" e Fundação equivalem-se no texto do presente Estatuto. Art. 2º. O prazo de duração da Fundação "Francisco Pinheiro de Araújo" é indeterminado. Art. 3º. A Fundação tem sede e foro no Município de Oeiras, Rua Santos Dumont, 730-B, Oeiras Nova, Oeiras, Estado do Piauí. CAPÍTULO II. DOS OBJETIVOS E FINALIDADES. Art. 4º - A Fundação "Francisco Pinheiro de Araújo" tem por finalidade empreendimentos e promoção humana, elevação do nível de vida e bem-estar social nas áreas rurais e urbanas, dando condições para concretizações de saúde, educação, informação, lazer, habitação, cultura, ciência, desporto, agricultura, pecuária e outro instrumentos de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico da população. Art. 5º - A Fundação "Francisco Pinheiro de Araújo" tem como objetivos institucionais: a) Apoiar entidades científicas e tecnológicas a desenvolverem pesquisas em todos os setores de

ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OEIRAS - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Padre Freitas 12 - Centro  
CEP: 64.500-000 Fone: 89.3462-1537  
e-mail: juniorchieta@hotmail.com  
Anchieta Clementino Ramos Santos - Tabelião Público  
Manoel Leal Júnior - Escrevente Substituto

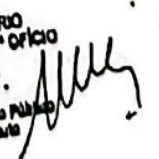






atividades, promovendo e divulgando atividades culturais, científicas, artísticas, folclóricas e outras manifestações da cultura popular; b) Realizar cursos e eventos de formação e aperfeiçoamento de atividades agroindustrial, convivência com o semiárido, manejo sanitário de caprinos, ovinos, aves, assistência técnica na área produtiva rural e social; c) Realizar eventos destinados à integração social da população, destacando os pequenos agricultores e assentados, com vistas à elevação cultural, agroindustrial, financeira e artística; d) Promover a defesa do meio ambiente, de modo a prevenir a degradação ambiental em todas as suas manifestações com ênfase na proteção aos recursos da fauna, flora e do solo com projetos pontuais de atuação na área ambiental do semiárido piauiense; e) Estimular o desenvolvimento da educação em todos os âmbitos, enfocando a temática da educação contextualizada e a educação no trânsito; f) Promover a assistência técnica na área agroindustrial e educacional; g) Desenvolver atividades de organização de associados ou entidades conveniadas com vistas a promover emancipação financeira nas áreas de fabricação e comércio de produtos alimentícios de carne, leite e derivados, doces, material reciclável, papel, plásticos, fabricação de remédios fitoterápicos a partir de plantas nativas da região, criação e comercialização de ovinos, caprinos e aves e outros; h) Promover, organizar e executar projetos e habitação nas áreas urbana e rural, buscando a melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, mediante articulação e cooperação da comunidade local e o apoio das entidades que atuam no setor habitacional público ou privado; i) Organizar, atuar e executar projetos de bom aproveitamento de recursos hídricos, mediante construção de açudes, barragens, cisternas, perfuração de poços, implantação de sistemas de irrigação, implantação de sistema de abastecimentos, etc; j) Desenvolver atividades voltadas à assistência à criança, ao adolescente, ao idoso, ao excepcional, fazendo funcionar ou construindo creches, centros comunitários, etc; k) Atuar na área de educação, podendo construir e/ou manter e auxiliar, de acordo com suas condições, escolas em todos os níveis, bibliotecas, bem como patrocinar outras atividades sócio-econômicas, educativas, culturais e de lazer, inclusive bolsas de estudos, ajuda financeira ou material a pessoas carentes para fins de habitação, desenvolvimento profissional e projetos comunitários; l) Desenvolver programas, assistência e cuidados com saúde em todos os níveis, em especial a população mais carente, articulando com órgãos oficiais e/ou particulares, podendo para tal, construir, manter e apoiar maternidades, ambulatórios, hospitais, além de outras ações ou serviços afins, congêneres ou correlatos; m) Promover o desenvolvimento cultural nas áreas rurais e urbanas, realizando atividades amplas que atinjam a juventude e a comunidade em geral; n) Incentivar promoções desportivas em suas diversificadas modalidades, praticada amadoristicamente, objetivando a criação do hábito do esporte, do lazer e desenvolvimento físico da juventude, o) Atuar junto a organizações de assistências públicas e privadas na prestação de serviços sociais; p) Prestar assistência sanitária às populações carentes, mediante o incentivo à aquisição dos hábitos de higiene e o auxílio material que se fizer necessário; Parágrafo Único: Além dos objetivos previstos neste estatuto, a FFPA poderá também executar todo e qualquer "Serviço de Radíofusão" sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais, caso obtenha a outorga por parte do Poder Concedente, atentando

ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE ODESSA - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Padre Freixo - 13 - Centro  
CEP: 64.800-000 Fone: 88.3443-1137.  
E-mail: ju1odessa@pijcm.jus.br  
Anelieta Clementina Ramos Santos Tabelão Público  
Manoel Luiz Júnior (Interpretado Substituto)





*[Handwritten signature]*

para as normas e regulamento do serviço, Art. 6º - Qualquer alteração estatutária, por consequência da outorga atribuída à entidade para executar o Serviço de Radiodifusão, dependerá da prévia autorização do Ministério das Comunicações. Art. 7º - Os administradores da Fundação serão todos brasileiros, na forma constitucional devida, e, a investidura no cargo ocorrerá somente após aprovados os nomes pelo Poder Concedente, caso a entidade seja autorizada a executar atividades de radiodifusão. Art. 8º - O nome de fantasia pretendido pela entidade, para utilizar em suas transmissões radiofônicas, caso a mesma seja detentora de outorga para executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e culturais, será "Rádio Vitória FM". Art. 9º - Fica criado o Conselho Programação em consequência das atribuições concedidas a entidade pelo Poder Concedente, no tocante à atividade de serviço de radiodifusão exclusivamente com fins educativos e culturais. Art. 10º. A Fundação organizar-se-á em tantas unidades de trabalho ou órgãos que se fizerem necessários à consecução de suas finalidades, as quais serão disciplinadas por regimentos internos específicos. Art. 11. A Fundação, com vistas a atingir seus objetivos, poderá firmar convênios e/ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicas ou privadas. Art. 12. No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência, da publicidade, da economicidade, da razoabilidade e da eficiência.

**CAPÍTULO III. DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS.** Art. 13. O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial, pelos bens obtidos por aquisição regular todos os bens corpóreos ou incorpóreos que vier, a adquirir o título gratuito ou oneroso. Art. 14. Constituem receitas da Fundação: I- Rendas provenientes dos resultados de suas atividades; II - Usufrutos e fideicomissos que forem constituídos; III - Rendas provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito; IV-Juros bancários e outras receitas de capital; V- Contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras; VI-Subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da Fundação pela Administração Pública direta ou indireta; VII - Rendimentos próprios dos imóveis que possuir; VIII - Doações e legados; IX - Outras rendas eventuais. X - Pelas contribuições, subvenções e auxílios conferidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por pessoas físicas; XI - Pelos recursos oriundos de convênios, contratos, acordo ou ajustes firmados com entidades públicas ou privadas; XII - Outras receitas eventuais ou extraordinárias. §1º- O patrimônio e os rendimentos da Fundação serão aplicados integralmente no País, para o cumprimento e a manutenção dos objetivos institucionais. §2º- É vedada a distribuição de qualquer parcela do patrimônio ou dos rendimentos da Fundação, sob qualquer forma, a título de participação no resultado. §3º - Os bens pertencentes à Fundação não poderão ter destinação que contrarie os objetivos estatutários.

**CAPÍTULO IV. DO QUADRO SOCIAL.** Art. 15 - São considerados sócios todos aqueles que forem admitidos como tais, na forma deste estatuto, independente de cor, raça, crença religiosa, classe social ou concepção política. Art. 16 - O quadro de associados da FPPA é constituído de 02 (duas) categorias: a) Sócios fundadores; b) Sócios Contribuintes; §1º - São Sócios Fundadores aqueles que assinaram a ata da Assembleia Geral de Constituição da Fundação; §2º - São Sócios

ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OBRAS - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Pedro Pinheiro, 11 - Centro  
CEP: 64.000-000 - Fone: 64.3443-1187  
E-mail: juiz@tribunalpi.com.br  
Assessoria: Cláudio Roberto Gomes Taborda  
Mônica Leal Junior - Secretária Substituta

*[Handwritten signature]*



2019

Contribuintes aqueles admitidos pela Diretoria, gozando dos direitos e deveres dos sócios fundadores. CAPÍTULO V. DA ESTRUTURA ORGÂNICA. Art. 17 - São órgãos da administração da FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO - FFPA: a) Assembleia Geral; b) Diretoria; c) Conselho Técnico Consultivo; d) Conselho Fiscal; e) Conselho de Programação. Art. 18 - Nenhum membro da administração da FFPA receberá vencimento ou qualquer outra espécie de retribuição seja a que título for pelo desempenho dos que forem ocupantes. Seção I - Da Assembleia Geral. Art. 19 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da FFPA, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente entre os 06 (seis) primeiros meses de cada ano para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais, na forma prevista no art. 20 deste Estatuto, e extraordinariamente sempre que for convocado pela Diretoria ou pelo Conselho Técnico Consultivo, Conselho Fiscal, Conselho de Programação ou pelo menos 1/3 (um terço) dos sócios. Art. 20 - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com maioria absoluta dos membros da Fundação e em segunda convocação com qualquer número. Parágrafo Único - As convocações serão feitas mediante edital, carta, telegrama, memorando, e-mail, com antecedência mínima de 08 (oito) dias corridos. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será procedida a segunda após 02 (duas) horas da primeira convocação obedecendo o que reza o Art. 19 deste Estatuto. Art. 21 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas membros presentes, na forma do artigo anterior e seu Parágrafo Único. Art. 22 - A Assembleia Geral apreciará as seguintes matérias: a) Eleição dos membros da administração; b) Deliberação a respeito de relatório, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício e das origens e aplicações dos recursos anuais; c) Outros assuntos que constem expressamente na ordem do dia. Seção II - DA DIRETORIA. Art. 23 - A Diretoria da FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO - FFPA é composta de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro, um Diretor de Programação e de um Secretário Geral e eleito pelos membros da entidade em Assembleia Ordinária pelo período de 05 (cinco) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único: O mandato, na forma estabelecida no caput do art. 23 deste Estatuto, será aplicado a próxima diretoria eleita, sendo que a atual cumprirá o mandato em vigência de 02 (dois) anos. Art. 24 - Compete ao Diretor Presidente: a) representar a Fundação ativa, passivamente, judicial, extrajudicialmente, etc; b) assinar contratos, convênios e protocolos com órgãos dos poderes públicos, entidades privadas e pessoas físicas; c) Assinar juntamente com o Diretor Financeiro, ordem de pagamentos, contratos de operações de crédito, emissão, aval e endosso de cheques e de outros títulos de créditos; d) representar a Fundação como donatário, adquirente ou beneficiário em qualquer escritura, contrato ou documentos relativos a bens e/ou direitos; e) representar a Fundação perante aos poderes públicos federais, estaduais, municipais ou entidades subordinadas, vinculadas e ou/mantidas, bem como junto à entidade internacional, observadas a legislação do país, solicitando e recebendo subvenções, auxílio de qualquer espécie, praticando todos os atos que se fizerem necessários, inclusive, dar o receber quitação; f) assinar juntamente com o Conselho Técnico Consecutivo, atos que

ESTADO DO MAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OUREAS - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Padre Prudente, 11 - Centro  
CNPJ: 04.826.008 Fone: 06.2443-1001  
E-mail: juiz@cartorio1ooficio.ma.br  
Andréia Camarinho Ramos Ribeiro  
Maurício Luiz Junior - Secretário Substituto



transmitam a propriedade dos bens de imóveis da Fundação ou constituem direitos sobre os mesmos; g) praticar todo e qualquer ato administrativo, inclusive no que se refere à demissão e admissão de empregados; h) nomear procurador "ad negotia" ou extra-especificando os poderes conferidos; i) presidir reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais; j) organizar anualmente, relatório circunstanciado das atividades da Fundação, referente ao exercício anterior. Art. 25 - Compete ao Diretor Administrativo: substituir o Diretor em suas ausências e/ou impedimentos, auxiliá-lo na administração e, no caso de assumir efetivamente a Presidência, por renúncia ou por falecimento do eleito, praticar as atribuições inerentes ao respectivo cargo, até o final do mandato. Art. 26 - Na hipótese do Diretor Administrativo assumir efetivamente a Presidência pelos motivos invocados no artigo anterior "in fine", mesmo será substituído por um membro do Conselho Técnico Consultivo, escolhido para complementar o período de seu mandato. Art. 27 - Compete ao Diretor Financeiro: a) manter em dia a contabilidade da Fundação, que deverá ser recebida em livro apropriado, devidamente rubricado pelo Diretor Presidente; b) assinar junto com o Diretor Presidente os documentos que se refere ao Artigo 24, alínea "c" deste Estatuto c) elaborar a cada fim de ano civil, o balanço patrimonial e o demonstrativo do resultado do exercício e das origens e aplicações dos recursos, encaminhando-os em seguida para o Conselho Fiscal para parecer. Art. 28 - Compete Secretário Geral: a) executar todos os serviços de expedientes e correspondência da Fundação, assinando com o Diretor Presidente, os documentos que forem de sua competência; b), secretariar as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria, lavrando-as em atas; c) praticar os demais atos inerentes a sua função. **SEÇÃO III - DO CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO.** Art. 29 - O Conselho Técnico Consultivo é composto de três (03) membros eleitos para o período de cinco (05) anos, em Assembleia Ordinária, podendo ser reeleito. Art. 30 - Compete ao Conselho Técnico Consultivo: a) orientar de modo geral, as atividades de benemerência da Fundação; b) assinar junto ao Presidente, os documentos previstos na alínea "f" do Artigo 24 deste Estatuto; c) dirimir eventuais dúvidas suscitadas pela Diretoria, quando a interpretação do presente Estatuto. Art. 31 - Os Conselheiros Técnicos Consultivos elegerão entre si o seu Presidente, fazendo constar em ata a referida eleição. Art. 32 - O(s) cargo(s) de Conselheiro Técnico Consultivo vago(s) em virtude de preenchimento de cargo(s) da Diretoria, assim permanecerá até o fim do mandato. **SEÇÃO IV - DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO.** Art. 33 - Conselho de Programação será composto de (03) membros eleitos para um período de (05) (cinco) anos em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleito. Art. 34 - Os Conselheiros do Conselho de Programação elegerão entre si, o seu Presidente, fazendo constar em Ata a referida eleição. Art. 35 - Atribuições do Conselho de Programação: encarregados de analisar e aprovar juntamente com o Diretor Presidente da Fundação o conteúdo pedagógico e forma dos programas a serem produzidos para a transmissão na emissora de radiodifusão, caso a entidade venha a ser contemplada com outorga do serviço pelo Ministério das Comunicações para executar atividades de radiodifusão com fins exclusivamente educativos e culturais. **SEÇÃO V - DO CONSELHO FISCAL.** Art. 36 - O Conselho Fiscal é integrado por 03 (três) membros eleitos para um período de cinco

ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OZILIA - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Pedro Farias, 11 - Centro  
CEP: 64.100-000 Fone: 33.3463-1137  
E-mail: juinterchies@hotmail.com  
Assessoria: Cláudio Roberto Ramos - Escrivão Público  
Marcelo Luiz Júnior - Escrevente Substituto



anos em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleito, o competente-lhes, quando o exercício efetivo do cargo fiscalizar as atividades da Fundação, examinando os atos administrativos e contábeis, emitindo pareceres respectivos. Art. 37 - Os Conselheiros Fiscais, entre si, escolherão seu Presidente, fazendo constar a eleição em ata, bem assim, seus substitutos em caso de renúncia, morte ou impedimento, hipótese em que assumirá mais membros necessários ao preenchimento da vigência. **CAPITULO VI. DO EXERCÍCIO.** Art. 38 - O exercício financeiro terá duração de um ano, terminando a 31 de dezembro. Art. 39 - Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração contábil da Fundação, o balanço patrimonial e o demonstrativo do resultado do exercício e das origens e aplicações dos recursos que serão apreciados pelo Conselho Fiscal, e, posteriormente submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária. **CAPITULO VII. DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO.** Art. 40 - A Fundação Educativa e Cultural de Santa Quitéria poderá ser dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para tal finalidade. Art. 41 - Em caso de dissolução, competirá à Assembleia Geral Extraordinária, estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal, que devem funcionar durante a este período. Art. 42 - Extinta a Fundação, o seu patrimônio disponível, se reverterá em benefício de uma entidade congênere, correlata ou afim devidamente inscrita nos órgãos responsáveis pelo cadastro de instituições assistenciais. **CAPITULO VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.** Art. 43 - Os membros da Administração da Fundação não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nomes desta por regular de gestão, todavia, serão responsáveis pelos atos que praticarem com culpa, dolo ou violação da lei e do presente Estatuto. Art. 44 - Para reforma do Estatuto da Fundação é necessário a decisão da maioria de 2/3 (dois terços) dos participantes da Assembleia Geral Extraordinária aprovada para tal finalidade. Art. 45 - O presentes Estatuto vigorará a partir da data de inscrição da Fundação no registro de pessoas jurídicas. Art. 46 - Fica pleito o foro da Comarca de Oeiras - PI, para qualquer ação fundada neste estatuto. Art. 47- Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral. Art. 48 - O presente Estatuto elaborado pelos instituidores da **FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO**, que se submeterá à aprovação na Assembleia Geral de Constituição. Marinês Ribeiro dos Santos Costa, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Sebastião Tapety, 100, Bairro Rosário, Oeiras - PI, RG 1028760, SSP/GO, CPF 251399161-34; Manuel Mendes da Costa, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Sebastian Tapety, 100, Bairro Rosário, Oeiras - PI, RG 226289, SSP/PI, CPF 178354023-00; Fortunata da Silva Fontes, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Professor Rafael Farias, 215, Centro, Oeiras, Piauí, RG 182206, SSP/PI, CPF 095743013-20; Nelson Santana Lima Júnior, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Cônego Cardoso, n.º 597, Bairro Oeiras Nova, Oeiras, Estado do Piauí, RG 982089, SSP/PI, CPF 349812683-00; João Paulo de Oliveira e Silva, brasileiro, casado, residente domiciliado na Rua Major Doca Nunes, 524, Bairro Canela, Oeiras - PI, RG 1966224, SSP/PI, CPF 003276663-74, Flaviano Gomes Brandão, brasileiro, solteiro, residente domiciliado na Av. Desembargador Cândido Martins, 558, Bairro Oeiras Nova, Oeiras - Piauí, RG 2065204, SSP/PI, CPF

ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OEIRAS - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Pedro Fontes, 118 - Centro  
CEP: 64.000-000 Fone: (85) 3443-1187  
E-mail: juizo@ojs.com.br  
Assessoria: Cláudio Roberto Gomes da Silva  
Manoel Lúcio de Jesus - Secretário Substituto



214  
F

nº 000237625-35; Gilmar Rodrigues Fontes, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Comunidade Coccos, Zona Rural, Ociras, Piauí, RG 2489396, SSP/PI, CPF 017496633-4; Benedito Marques de Sousa, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Conjunto Nogueira Tapety, Quadra B, 38, Bairro Canela, Ociras, Piauí, RG 269749, SSP/PI, CPF 105784123-49; Francisco Mendes da Costa Neto, brasileiro, casado, residente domiciliado na Rua Doutor José Sérvio, 100, Centro, Ociras, Piauí, RG 5183120 SSP/PI, CPF 681594984; João Afonso Nunes da Cunha, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Assentamento Vista Alegre, Zona Rural, Ociras, Piauí, RG 1077453, SSP/PI, CPF 497347173-91; Joannessa Saldanha dos Santos, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Av. Petrônio Portela, 1300, Bairro Jureminha, Ociras, Piauí RG 2316736, SSP/PI, CPF 002678633-81; Manoel Cesário da Cunha Ferreira Barbosa, brasileiro, casado, residente domiciliado na Rua Francisco Carvalho, 37, Quadra B, Conjunto Nogueira Tapety, Ociras, Piauí, RG 1314788, SSP/PI, CPF 520492723-91. Ociras, 13 de abril de 2017. Assinatura - Anchieta Clementino Ramos Santos - Primeiro Tabelião Público. Certidão de inteiro teor (pública forma) pela 1ª folha: R\$ 26,00 - FERMOJUPI: R\$ 5,20 - FMMP/PI: R\$ 2,08 - Selo: R\$ 0,26 Folha adicional: R\$ 18,26 - FERMOJUPI: R\$ 3,65 - FMMP/PI: R\$ 1,46 Abertura de Protocolo: R\$ 11,38 - FERMOJUPI: R\$ 2,28 - FMMP/PI: R\$ 0,91 - TOTAL: R\$ 71,48 (PG: 2023.10.371/2).

O referido é verdade e dou fé.  
Ociras (PI), 17 de outubro de 2023.

Manoel Leal Júnior  
Manoel Leal Júnior  
Escrevente Substituto

ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OCIRAS - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Pedro Fátima, 11 - Centro  
CEP: 64.805-406 Fone: (82) 3443-1107  
E-mail: juiz@ociraspi.jus.br  
Anchieta Clementino Ramos Santos - Primeiro Tabelião Público  
Manoel Leal Júnior - Escrevente Substituto



**ESTATUTO DA FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO – FFPA.**

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS E FINALIDADES**

**Alteração do art. 4º.**

**Art. 4º.** A Fundação *"Francisco Pinheiro de Araújo"* tem por finalidade empreendimentos e promoção humana, elevação do nível de vida e bem-estar social nas áreas rurais e urbanas, dando condições para concretizações de saúde, educação, informação, lazer, habitação, energias renováveis, boas práticas alimentares, cultura, assistência social, ciência, desporto, agricultura, pecuária, combate à fome, miséria e pobreza, dentro outros instrumentos de apoio ao desenvolvimento socioeconômico da população.

**Alteração do art. 5º, alínea "q".**

**Art. 5º.** A Fundação *"Francisco Pinheiro de Araújo"* tem como objetivos institucionais:

q) Investigar, estudar, analisar e desenvolver estratégias de combate à miséria, à fome e à pobreza, visando a distribuição de alimentação para a população carente, através de políticas públicas oriundas dos órgãos municipais, estaduais e federais.

**Alteração do art. 5º, alínea "r".**

**Art. 5º.** A Fundação *"Francisco Pinheiro de Araújo"* tem como objetivos institucionais:

r) Promover e articular ações que favorecem o desenvolvimento de energias renováveis, em apoio e promoção a eficiência energética, a fim de contribuir para a limitação das emissões de gases de efeito estufa e dos efeitos das mudanças climáticas.



Alteração do art. 5º, alínea "s".

1

Art. 5º. A Fundação "Francisco Pinheiro do Araújo" tem como objetivos institucionais:

s) Promover cursos ou políticas para implementação de alimentação saudável, boas práticas alimentares e nutricionais.

Ruan Victor de Oliveira Martins

RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS

Presidente

Luiz Alberto Lustosa da Silva

LUIZ ALBERTO LUSTOSA DA SILVA

ADVOGADO OAB/PI 18.447

## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO – FFPA

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às 21:00h, em segunda convocação, sito na Rua José Tapety, nº 284, bairro Centro, Oeiras – PI, CEP: 64.500-000, reuniram-se em assembleia geral ordinária os senhores associados da FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO – FFPA, a fim de deliberarem sobre a ordem do dia constante do Edital de Convocação publicados dentro dos termos legais, no dia 25 de abril de 2023. Dando início aos trabalhos pediu-se aos presentes que indicassem uma pessoa para presidir os trabalhos, sendo aclamado o Sr. LUIZ ALBERTO LUSTOSA DA SILVA, bem como também foi indicado a mim, RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS, para secretariá-lo ficando, assim, formada a mesa. Foram discutidos os seguintes pontos de pauta: 1) Eleição de nova Diretoria; 2) Eleição de Conselho Técnico Consultivo; 3) Eleição de Conselho de Programação e; 4) Eleição de Conselho Fiscal. Após a leitura do Edital de Convocação e da ordem do dia, o sócio Sr. JOÃO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA indagou para a Assembleia o motivo de não ter tomado conhecimento da Assembleia Geral Extraordinária para admissão de novos sócios, sendo esclarecido pelos demais sócios que foi baixado Edital, por 1/3 dos sócios, com 08 (oito) dias de antecedência da referida Assembleia, sendo afixado o Edital de Convocação em locais de grande circulação para que todos os sócios tomassem conhecimento da reunião, nos termos do art.19 e art. 20 parágrafo único do estatuto da Fundação Francisco Pinheiro de Araújo, no mais, houve a veiculação da referida reunião entre os sócios da Fundação, tanto é que a maioria dos sócios compareceram a Assembleia Geral, no entanto, levando em consideração que a Fundação

Ruan Victor





encontrava-se inativa por mais de 05 (cinco) anos, naturalmente alguns sócios se afastaram das suas atividades. Em seguida, o Sr. JOÃO PAULO DE OLIVEIRA E SILVA manifestou que não tem interesse em participar diretamente das atividades da fundação Francisco Pinheiro de Araújo, mas pretende permanecer como sócio, assim, retirando-se, em seguida, da assembleia, sem assinar a lista de presença, após o Sr. JOÃO AFONSO NUNES DA CUNHA informou que a sócia Sra. MARINES RIBEIRO DOS SANTOS COSTA, relatou o mesmo interesse do Sr. JOAO PAULO DE OLIVEIRA NUNES, pedindo afastamento direto das atividades desta fundação, porém, permanecendo como sócia, após, iniciaram-se as discussões. **Deliberação 1. Eleição de nova Diretoria.** Após as discussões acerca da eleição de nova diretoria, realizou-se a eleição dos membros da administração da Fundação, tendo sido coletada a inscrição dos interessados em concorrer, foi apresentado aos presentes a lista de candidatos, submetendo-os à votação. A sócia Sra. JOANESSA SALDANHA DOS DANTOS, informou que não tem interesse em participar da diretoria, após o sócio Sr. FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA, colocou seu nome a disposição para exercer a função de secretário geral desta fundação, sendo aprovado por unanimidade; em seguida o sócio Sr. JOAO AFONSO NUNES DA CUNHA, colocou seu nome a disposição para exercer a função de Diretor de Programação, sendo aprovado por unanimidade, logo após, a Sra. LILIAN FONTES VIEIRA que estava ausente em função de problema de saúde, manifestou interesse em concorrer às eleições, através de ligação telefônica ao sócio Sr. DANIEL FIGUEREDO VIEIRA, colocando seu nome à disposição para concorrer ao cargo de Diretor Financeiro, dessa forma, o presidente da mesa repassou a situação a Assembleia, a qual concordou com a indicação do nome da Sra. LILIAN FONTES VIEIRA, assim, sendo colocado em votação, fora aprovado por unanimidade, em seguida o sócio Sr. FLAVIO AUGUSTO COSTA VIEIRA E SILVA, colocou seu nome à disposição para concorrer ao cargo de Diretor Administrativo, sendo aprovado por unanimidade, por fim, eu, Sr. RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS, coloquei meu nome à disposição para concorrer ao cargo de diretor presidente, sendo aprovado por unanimidade. Após a contagem dos votos, presenciado por todos, a administração da Fundação ficou composta da seguinte forma: Diretor Presidente: **RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS (CPF:046.763.823-32)**, aprovado por unanimidade;

*Ruan Victor*



Diretor Administrativo: **FLAVIO AUGUSTO COSTA VIEIRA E SILVA (CPF: 013.692.633-92)**, aprovado por unanimidade; Diretor Financeiro: **LILIAN FONTES VIEIRA (CPF: 019.248.183-00)**, aprovado por unanimidade; Diretor de Programação: **JOAO AFONSO NUNES DA CUNHA (CPF: 497.347.173-91)**, aprovado por unanimidade; e Secretário Geral: **FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA (CPF: 044.948.483-10)**, aprovado por unanimidade. Após declarados eleitos, foram, neste ato, empossados e legitimados a exercerem as funções pelo período de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 23, do Estatuto. **Deliberação 2. Eleição de Conselho Técnico Consultivo.** Após as discussões acerca da eleição do Conselho Técnico Consultivo, realizou-se a eleição dos membros do Conselho Técnico Consultivo da Fundação, tendo sido coletada a inscrição dos interessados em concorrer, foi apresentado aos presentes a lista de candidatos, onde a sócia Sra. **GIRLENE DE SOUSA LESSA**, através de mensagem de texto informada pelo sócio Sr. **NELSON SANTANA LIMA JUNIOR**, manifestou interesse em participar do referido conselho, sendo aceito por unanimidade por todos os presentes, assim como também se colocaram a disposição os sócios **PETHERSON MARQUES DANTAS** e **LUIZ ALBERTO LUSTOSA DA SILVA**. O presidente da mesa perguntou aos demais presentes se havia algum interessado a mais a concorrer a vaga do Conselho Técnico Consultivo da Fundação, porém, nenhum dos demais sócios manifestou interesse em concorrer, assim, submetendo o nome dos interessados à votação. Após a contagem dos votos e sendo aprovados por unanimidade, presenciado por todos, o Conselho Técnico Consultivo da Fundação ficou composto da seguinte forma: Primeiro Membro **GIRLENE DE SOUSA LESSA (CPF: 683.093.333-15)**; Segundo Membro **PETHERSON MARQUES DANTAS (CPF: 043.205.743-97)** e; Terceiro Membro **LUIZ ALBERTO LUSTOSA DA SILVA (CPF: 039.318.593-12)**. Após declarados eleitos, foram, neste ato, empossados e legitimados a exercerem as funções pelo período de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 29, do Estatuto. **Deliberação 3. Eleição de Conselho de Programação.** Após as discussões acerca da eleição do Conselho de Programação, realizou-se a eleição dos membros do Conselho de Programação da Fundação, tendo sido coletada a inscrição dos interessados em concorrer, foi apresentado aos presentes a lista de candidatos, submetendo-os à votação. As sócias Sras. **JAYNNARA SILVESTRE PEREIRA** e **IARLA KAYANE ARAÚJO DOS SANTOS**, ausentes por motivos de trabalho,

Ruon Victor





manifestaram interesse, através do sócio Sr. NELSON SANTANA LIMA JUNIOR, de participarem do referido conselho, sendo acolto por unanimidade por todos os presentes, assim como também colocou a disposição o sócio SAVIO DE ARAUJO DOS PASSOS. O presidente da mesa perguntou aos demais presentes se havia algum interessado a mais a concorrer a vaga do Conselho de Programação da Fundação, porém, nenhum dos demais sócios manifestaram interesse em concorrer, assim, submetendo o nome dos interessados à votação. Após a contagem dos votos e sendo aprovados por unanimidade, presenciado por todos, o Conselho de Programação da Fundação ficou composto da seguinte forma: Primeiro Membro JAYNNARA SILVESTRE PEREIRA (CPF: 047.611.353-95); Segundo Membro IARLA KAYANE ARAÚJO DOS SANTOS (CPF: 065.079.233-54) e; Terceiro Membro SÁVIO DE ARAÚJO PASSOS (CPF: 074.695.143-41). Após declarados eleitos, foram, neste ato, empossados e legitimados a exercerem as funções pelo período de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 33, do Estatuto. **Deliberação 4. Eleição de Conselho Fiscal.** Após as discussões acerca da eleição do Conselho Fiscal, realizou-se a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Fundação, tendo sido coletada a inscrição dos interessados em concorrer, foi apresentado aos presentes a lista de candidatos, submetendo-os à votação. O sócio Sr. MANOEL CESÁRIO DA CUNHA FERREIRA BARBOSA, ausente por motivos de trabalho, manifestou interesse em participar do referido conselho, através do sócio Sr. GILMAR RODRIGUES FONTES, sendo aceito por unanimidade por todos os presentes, assim como também colocaram a disposição as sócias MARILIA CONSTANCIO DA SILVA FONTES e JOANESSA SALDANHA DOS SANTOS. O presidente da mesa perguntou aos demais presentes se havia algum interessado a mais a concorrer a vaga do Conselho Fiscal da Fundação, porém, nenhum dos demais sócios manifestaram interesse em concorrer, assim, submetendo o nome dos interessados à votação. Após a contagem dos votos e sendo aprovados por unanimidade, presenciado por todos, o Conselho Fiscal da Fundação ficou composto da seguinte forma: Primeiro Membro MANOEL CESÁRIO DA CUNHA FERREIRA BARBOSA (CPF: 520.492.723-91); Segundo Membro MARILIA CONSTANCIO DA SILVA FONTES (CPF: 006.265.603-14) e; Terceiro Membro JOANESSA SALDANHA DOS SANTOS (CPF: 002.678.633-81). Após declarados eleitos, foram, neste ato, empossados e legitimados a exercerem as

Ruam Victor



funções pelo período de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 38, do Estatuto.  
Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual foi  
lavrada a presente ata para que se cumpram os fins legais.




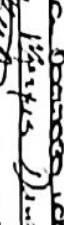




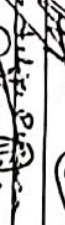





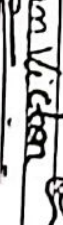


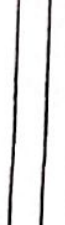






Oelras – PI, 04 de maio de 2023.

Luiz Alberto Ladeira da Silva  
Ruan Victor de Oliveira Martins



LISTA DE PRESENÇA - ASSEMBLEIA ORDINÁRIA - FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO

DATA: 04/05/2023

NOME	CPF	ASSINATURA
SILVANA RODRIGUES SOARES	015.941.633-11	
EDUARDO DA SILVA FOMPEZ	093.743.013-80	
ILSENE DEOLIVEIRA JIMENEZ	349.811.623-00	
FRANCISCA CARVALHO DA SILVA PERES	005.265.603-14	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	010.819.093-65	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	043.205.343-13	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	002.678.633-81	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	361.906.083-53	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	022.945.123-05	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	265.152.063-32	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	008.7241.12-36	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	016.474.632-00	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	178.354.023-00	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	044.948.493-10	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	497.347.173-91	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	061.411.503-81	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	059.698.633-98	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	225.388.053-68	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	014.635.143-41	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	434.181.833-87	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	423.387.948-86	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	039.332.8593-70	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	046.463.323-32	
FRANCISCA PERES DA SILVA PERES	003.383.363-03	



Ata da Assembleia Geral de Constituição da Fundação Francisco Pinheiro Araújo. Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e treze na casa da senhora Marinês Ribeiro dos Santos Costa, na Rua Sebastião Tapety, número cem, Bairro Centro, cidade de Deiras, Estado do Piauí reuniram-se um grupo de pessoas com o intuito de criar uma fundação. Na oportunidade estava presente o senhor João Afonso Nunes que em nome de dona Marinês saudou os demais convidados destacando a importância da reunião para o grupo ali presente. O senhor Edmilson Gonçalves de Carvalho ressaltou o momento histórico do nascimento da Fundação e sua importância para micro região de Deiras. A mesma tem como objetivo trabalhar junto à população da zona rural e urbana do município na promoção e desenvolvimento da sociedade, nas diversas áreas: agricultura, pecuária, área social com habitação, promoção da cultura, cursos de formação na área técnica e pedagógica e outros como cita o Estatuto. Foi de consenso de todos os presentes que a Fundação recebesse o nome do senhor Francisco Pinheiro de Araújo em vista do seu protagonista e dinamismo junto aos movimentos sociais e luta dos trabalhadores na região de Deiras. Na continuidade da Assembleia deu-se início à eleição da diretoria, onde foi escolhido por todos os presentes, sócios fundadores os seguintes nomes, para presidente da entidade a senhora Marinês Ribeiro dos Santos Costa, para vice presidente a senhora Fortunata da Silva Fontes, primeiro tesoureiro o senhor Manoel Césario Ferreira Barbosa, segundo tesoureiro o







se a Manoel Cerário da Cunha Ferreira Barbosa.

2

Primeiro tesoureiro: Manoel Bueno da Silva Lima

Barbosa

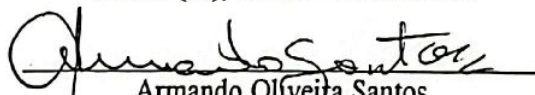


ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OBRAS  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
NOTAS E REGISTROS DE IMÓVEIS  
Anchieta Clementino Ramos Santos - Tabelião Público  
Armando Oliveira Santos - Escrevente Substituto  
Manoel Leal Júnior - Escrevente Substituto  
Lucas Silva Dias - Escrevente Compromissado  
Rua Pc. Freitas - 12 - Centro - CEP: 64.500-000, Fone: 089-3462-1537  
e-mail: juniorchieta@hotmail.com

## REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

CERTIFICO que nesta data foi registrado o presente instrumento - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA, REALIZADO EM 04/05/2023; especialmente para eleições constante no edital em anexo no presente instrumento e foi aprovada por unanimidade conforme Ata apresentada pela FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAUJO, inscrita no CNPJ/MF nº 17.393.773-0001-88, nos termos da presente Ata lavrada no dia 04 de Maio de 2023; foi registrada nesta data, sob nº 1479, do Livro do Registro Integral - Livro B - 03 - Títulos e Documentos; neste Cartório do Primeiro Ofício de Notas e Registro de Imóveis; tendo sido cobrado emolumentos nos termos da Tabela da Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí. Registro de títulos, contratos ou documentos sem valor financeiro: R\$ 67,74 - FERMOJUPI: R\$ 13,55 - FMMP/PI: R\$ 5,42 - Selo: R\$ 0,26 Arquivamento de documentos: R\$ 11,38 - FERMOJUPI: R\$ 2,28 - FMMP/PI: R\$ 0,91 - Selo: R\$ 0,26 - TOTAL: R\$ 101,80 (PG: 2023.05.52/2).

O referido é verdade e dou fé.  
Oeiras (PI), 08 de Maio de 2023.

  
Armando Oliveira Santos  
Escrevente Substituto



ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OBRAS - CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
Rua Pc. Freitas 12 - Centro  
CEP 64.500-000 Fone 089-3462-1537  
e-mail: juniorchieta@hotmail.com  
Anchieta Clementino Ramos Santos - Tabelião Público  
Armando Oliveira Santos - Escrevente Substituto

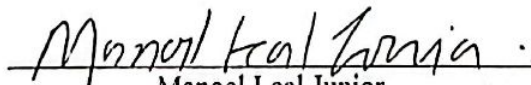
p.

ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE OEIRAS  
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO  
NOTAS E REGISTROS DE IMÓVEIS  
Anchieta Clementino Ramos Santos - Tabelião Público  
Amando Oliveira Santos - Escrevente Substituto  
Manoel Leal Júnior - Escrevente Substituto  
Lucas Silva Dias - Escrevente Compromissado  
Rua Pe. Freitas - 12 - Centro - CEP: 64.500-000, Fone: 089-3462-1537  
e-mail: juniorechieta@hotmail.com

## REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Certifico que nesta data foi registrado o presente instrumento – ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA, REALIZADO EM 03/07/2024; especialmente para alteração do Capítulo II, do Estatuto, em anexo no presente instrumento e foi aprovada para alteração do Capítulo II, do Estatuto; conforme Ata apresentada pela FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO - FFPA, inscrita no CNPJ/MF nº 17.393.773-0001-88, nos termos da presente Ata lavrada no dia 03 de julho de 2024; neste ato faço o Registrado no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas, nº A, sob número de ordem 0091; neste Cartório do Primeiro Ofício de Notas e Registro de Imóveis; tendo sido cobrado emolumentos nos termos da Tabela da Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí. Oeiras (PI), 08 de Julho de 2024. Registro de títulos, contratos ou documentos sem valor financeiro: R\$ 0,00 - Selo: R\$ 0,00 Arquivamento de documentos: R\$ 0,00 - Selo: R\$ 0,00 - TOTAL: R\$ 0,00 (PG: 2024.07.117/1).

O referido é verdade e dou fé.  
Oeiras (PI), 08 de Julho de 2024.

  
Manoel Leal Junior  
Escrevente Substituto



OEIRAS CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS DE IMÓVEIS  
ANCHIETA CLEMENTINO RAMOS SANTOS - Tabelião  
CNPJ 06.126.328/0001-12 - 089/19997  
RUA PADRE FREITAS, 12, CENTRO, CEP 64500-000, OEIRAS-PI

REGISTRADO EM PESSOA JURÍDICA - PROTOCOLADO SOB Nº 116 E  
REGISTRO Nº: 91 OEIRAS-PI, 08/07/2024.  
SELO ISENTO: ACU19048-XHGS SELO ISENTO: ACU19049-DKPV.  
Consulte a autenticidade do selo em  
[www.tjpi.jus.br/portalextra](http://www.tjpi.jus.br/portalextra).

MANOEL LEAL JÚNIOR-TABEILIAO SUBSTITUTO  
Empl.:0,00 TJ:0,00 FIMP: 0,00 Selo:0,00 Total:0,00



L

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO FRANCISCO  
PINHEIRO DE ARAÚJO – FFPA.**

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 19:00h, em primeira convocação, sito na Rua José Tapely, nº 284, bairro Centro, Oeiras – PI, CEP: 64.500-000, reuniram-se em assembleia geral extraordinária os senhores associados da FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO – FFPA, relacionados conforme lista de presença anexa, nos termos do estatuto vigente, para deliberarem sobre a ordem do dia constante do Edital de Convocação publicados dentro dos termos legais, no dia 24 de junho de 2024. Dando início aos trabalhos, o Diretor Presidente RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS assumiu a mesa para presidir os trabalhos, convocando a mim, FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA, secretário geral desta fundação, para secretariá-lo, ficando assim formada a mesa. Foram discutidos os seguintes pontos de pauta: 1) **Alteração do Capítulo II, do Estatuto da Associação, visando a ampliação dos objetivos e finalidades.** Após a leitura do Edital de Convocação, iniciou-se a ordem do dia. Com a palavra, o senhor Presidente Ruan Victor abriu a reunião e passou a palavra ao Sr. Manoel Cesário, o qual fez uma oração para abençoar a reunião. Após a oração, o presidente Ruan Victor explanou os motivos da reunião, informando sobre a necessidade de reformar o estatuto social da fundação para ampliar o leque de atuação da instituição, visando a ampliação de objetivos e finalidades da fundação. O Sr. Gilmar Fontes levantou um questionamento sobre a finalidade da fundação, perguntando sobre a atuação na proteção a natureza e energias renováveis, de forma que o Presidente Ruan Victor explicou que já existe, no art. 5º, alínea “d”, do Estatuto, este objetivo. O Sr. Flávio Augusto levantou a possibilidade da Fundação participar do programa “Cozinha Solidária”, passando a elucidar pontos importantes do projeto, dentro os quais: produção, distribuição e público alvo. O Sr. Manoel Cesário questionou sobre o eventual público que seria contemplado pelo projeto. A Sra. Fortunata Fontes alertou sobre a importância de uma fiscalização entre os beneficiários dos programas. O Sr. Gilmar Fontes discorreu sobre o atual funcionamento da Fundação Francisco Pinheiro de Araújo, explicando como acontece o trabalho dos voluntários e que concorda com a busca pela implementação do programa “Cozinha Solidária”, porém, antes

2

do credenciamento junto ao programa, seria necessário que a Fundação iniciasse o fornecimento de quentelhas à população carente. Em ato contínuo, o Presidente distribuiu a todos os presentes, aditivos do Estatuto com as alterações necessárias. Após a devida distribuição, a assembleia entrou em deliberação para debate o estudo cuidadoso do item por item da minuta proposta, restando aprovado por unanimidade a alteração do estatuto social, que segue anexo como parte inseparável desta ata. E, por fim, o Presidente, declara que as deliberações tomadas na assembleia geral especialmente convocada para o fim de alterar o estatuto, observaram rigorosamente as disposições contidas no estatuto social em vigor. Após, passou a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia a ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim, que servi como secretário, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por todos os membros efetivos da diretoria, como sinal de aprovação. Declaramos, sob as penas da Lei, que a presente cópia é transcrita fiel e integral da ata lavrada em data de 03/07/2024, no livro de atas nº \_\_\_\_\_, da FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO – FFPA, às fls. \_\_\_\_\_.

Oeiras – PI, 03 de julho de 2024.

Ruan Victor de Oliveira Martins

**RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS**

Presidente

Flavio Augusto Costa Vieira e Silva

**FLAVIO AUGUSTO COSTA VIEIRA E SILVA**

Diretor Administrativo



João Afonso Nunes da Cunha

JOAO AFONSO NUNES DA CUNHA

Diretor da Programação

Francisco Felipe Pereira Lessa

FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA

Secretário Geral

Luiz Alberto Lustosa da Silva

LUIZ ALBERTO LUSTOSA DA SILVA

ADVOGADO OAB/PI 18.447

GEIRAS CARTORIO DO PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS E REGISTROS DE IMOVEIS  
ANCHETA CLEMENTINO RAMOS SANTOS - Tabelião  
CNPJ:08.735.328/0001-32 - CNIS:071007  
RUA PADRE FREITAS, 12, CENTRO, CEP:64000-000, GEIRAS-PI

REGISTRADO EM JURIDICA - PROTOCOLADO SOB Nº 116 E  
REGISTRO N.º 91 PI, 08/07/2024.  
SELO ISENTO: A KHGS SELO ISENTO: ACU19049-DKPV.  
Consulte a autenticidade do selo em  
[www.tjpi.jus.br/portalexta](http://www.tjpi.jus.br/portalexta).

MANUEL LEAL JUNIOR-TABELIAO SUBSTITUTO  
Emol.:0,00 TJ:0,00 FRMP:0,00 Selo:0,00 Total:0,00

ESTADO DO PIAUÍ  
COMARCA DE GEIRAS  
Cartório do Primeiro Ofício de Notas e Registros de Imóveis  
Tabelião  
ANCHETA CLEMENTINO RAMOS SANTOS  
RUA PADRE FREITAS, 12, CENTRO, CEP:64000-000, GEIRAS-PI

João Afonso Nunes da Cunha

JOAO AFONSO NUNES DA CUNHA

Diretor de Programação

Francisco Felipe Pereira Lessa

FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA

Secretário Geral

Luiz Alberto Lustosa da Silva

LUIZ ALBERTO LUSTOSA DA SILVA

ADVOGADO OAB/PI 18.447

GEIRAS CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS DE IMÓVEIS  
ANCHETA CLEMENTINO RAMOS SANTOS - Tabelião  
CPF/M 736.328.988-32 - CNJ.070887  
RUA PADRE FREITAS, 12, CENTRO, CEP:64400000, GEIRAS-PI

REGISTRADO EM PESSOA JURÍDICA - PROTOCOLADO SOB Nº 116 E  
REGISTRO Nº 91 OEIRAS-PI, 08/07/2024.  
SELO ISENTO: ACU19048-XHGS SELO ISENTO: ACU19049-DKPV.  
Consulte a autenticidade do selo em  
[www.tjpi.pi.br/portalextra](http://www.tjpi.pi.br/portalextra).

MANCELO LAL JUNIOR-TABELIAO SUBSTITUTO  
Emol.:0,00 TJ:0,00 FIMP:0,00 Selo:0,00 Total:0,00

ESTADO DO PIAUÍ  
COMISSÃO DE REGISTROS  
DE IMÓVEIS  
DE GEIRAS  
ANEXO I  
MUNICÍPIO DE GEIRAS





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NUMERO DE INSCRIÇÃO  
 17.393.773/0001-88  
 MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
 CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA  
 11/01/2013

NOME EMPRESARIAL  
 FUNDACAO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAUJO

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
 FFPA

PORTE  
 DE MAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
 60.10-1-00 - Atividades de rádio  
 90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas  
 01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente  
 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica  
 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde  
 87.11-5-03 - Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes  
 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
 306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO  
 AV DUQUE DE CAXIAS

NÚMERO  
 528

COMPLEMENTO  
 \*\*\*\*\*

CEP  
 64.500-000

BAIRRO/DISTRITO  
 RODAGEM DE PICOS

MUNICÍPIO  
 OEIRAS

UF  
 PI

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
 DANF1414@GMAIL.COM

TELEFONE  
 (89) 3462-2758

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
 \*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
 ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
 09/05/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
 \*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
 \*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 14/06/2023 às 08:44:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 17.393.773/0001-88  
**Razão**  
**Social:** FUNDACAO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAUJO  
**Endereço:** R SEBASTIAO TAPETY / ROSARIO / OEIRAS / PI / 64500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/07/2024 a 18/08/2024

**Certificação Número:** 2024072002402107543348

Informação obtida em 22/07/2024 16:48:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAUJO**  
**CNPJ: 17.393.773/0001-88**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 19:38:48 do dia 30/07/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/01/2025.

Código de controle da certidão: **7A6B.891C.FB25.BE4F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



04329415

ALFAGAR DIREITO

*Marcelo Constantino da Silva Santos*

ASSINATURA DO TITULAR

04329415

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.306.980

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

24/07/14

NOME  
MÁRILIA CONSTANCIO DA SILVA FONTES

FILIAÇÃO

ILDETE MARTINS DA SILVA  
JOSÉ CONSTANCIO DA SILVA

NATURALIDADE

OEIRAS-PI

DATA DE NASCIMENTO

11/11/1984

DOC. ORIGEM

CERT. CASAM, 5491 L 9B F 29

CPF  
EXP OEIRAS-PI 31/12/09

TERESINA-PI

006.265.603-14

ASSINATURA DO DIRETOR

Pedro Gomes de Moraes

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**



Nº 111851802024

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **MARILIA CONSTANCIO DA SILVA FONTES**, pais de nacionalidade Brasil, filho(a) de **JOSE CONSTANCIO DA SILVA** e **ILDETE MARTINS DA SILVA**, nascido(a) aos 11/11/1984, natural de Oeiras-PI, CI 2306980 SSP PI, CPF 006.265.603-14.

Esta certidão foi expedida em 30/07/2024 às 10:45 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 111851802024.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR

Nº 413479 / ETJ

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME  
**MARILIA CONSTANCIO DA SILVA FONTES**

E

contra o CPF  
**00626560314**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE:** Brasil  
**RG:** 2.306.980 / SSP-PI  
**ESTADO CIVIL:** Casado(a)  
**MÃE:** ILDETE MARTINS DA SILVA  
**PAI:** JOSÉ CONSTANCIO DA SILVA  
**ENDEREÇO:** RUA CORONEL RODOLFO REGO, 376  
**BAIRRO:** CENTRO  
**CEP:** 64500000  
**MUNICÍPIO:** Oeiras - PI

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 31/07/2024 07:44:05

Código Verificador: 6B9CF.13FBA.4745B.7C9D





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

39190859/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**MARILIA CONSTANCIO DA SILVA FONTES**

**OU**

**CPF n. 006.265.603-14**

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:50:09 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 39190859

Código de Validação: 1B91 73DE E675 1A04 6346 A86F EEEA F6E8

Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23



31/07/2024



REPÚBLICA  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - DRIVER LICENSE - PERMISO DE CONDUCCION

Nome e Sobrenome  
MANOEL MENDES DA COSTA

1ª Emissão  
15/08/1987



DATA DE NASCIMENTO  
20/04/1957 OETRA/PI

DATA DE EMISSÃO  
01/09/2022

DATA DE VALIDADE  
25/08/2027

ACD  
D

REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS  
226289 SSP PI

CPF  
178.354.023-00

CPF DE EMISSÃO  
00002053735

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

FILIAÇÃO  
FRANCISCO MENDES DA COSTA

MARIA VIRGINIA

Assinatura do Portador

ACC	10	11	12	D	10	11	12
A				D1			
A1				BE			
B		25/08/2027		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES  
A

Assinatura do Emissor  
GARCAS GUEDES RODRIGUES JUNIOR  
DIRETOR GERAL - DETRAN PI

LOCAL  
TERESINA, PI

30456548514  
PI321297286

PIAUÍ

2401971230

2401971230



Nº 112012352024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **MANOEL MENDES DA COSTA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **FRANCISCO MENDES DA COSTA** e **MARIA VIRGINIA DA COSTA**, nascido(a) aos 20/04/1957, natural de Oeiras-PI, CI 226289 SSP PI, CPF 178.354.023-00.

Esta certidão foi expedida em **30/07/2024** às **13:56** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 112012352024.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 413402 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME  
**MANOEL MENDES DA COSTA**

E

contra o CPF  
**17835402300**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**  
**RG: 226.289 / SSP PI**  
**ESTADO CIVIL: Casado(a)**  
**MÃE: MARIA VIRGINA**  
**PAI: FRANCISCO MENDES DA COSTA**  
**ENDEREÇO: RUA SEBASTIAO TAPETY, 100**  
**BAIRRO: ROSARIO**  
**CEP: 64500000**  
**MUNICÍPIO: Oeiras - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destiná-lo;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 30/07/2024 20:07:11

Código Verificador: 61F3D.E4E5A.9D5F1.B9F3E



Scanned with CamScanner

Digitalizado com CamScanner



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

39190528/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**MANOEL MENDES DA COSTA**

**OU**

**CPF n. 178.354.023-00**

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:46:09 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 39190528

Código de Validação: 472A 3719 1958 5072 0757 9B2B 9C44 4E2C

Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23



31/07/2024



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

IDENTIFICADORA

2.437.966

DATA DE  
EXTERIO

07/05/18

NOME

LÍLIAN FONTES VIEIRA

EM VIGOR

MARIA ELÍDIA FONTES VIEIRA  
OSEAS VIEIRA FONTES

LOCALIDADE

PICOS-PI

DATA DE NASCIMENTO

24/05/1988

DOC. ORIGINAL

CERT. NASC. 9426 L SA F 480

EXP. IPIRANGA DO PIAUI-PI 29/04/05

019.248.163-00

1045815

ASS. Maria de Fátima de Oliveira  
ASS. Maria de Fátima de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/03 - DECRETO Nº 60.250/03

CARTÃO DE IDENTIDADE



*Lílian Fontes Vieira*  
1045815

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - SÃO DE DEUS MARTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Nº 111861232024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **LILIAN FONTES VIEIRA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **OSEAS VIEIRA FONTES** e **MARIA ELIDIA FONTES VIEIRA**, nascido(a) aos 24/05/1988, natural de Oeiras-PI, CI 2437966 SSP PI, CPF 019.248.163-00.

Esta certidão foi expedida em 30/07/2024 às 10:55 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 111861232024.

Documento é válido por 90 dias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 413489 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME  
**LILIAN FONTES VIEIRA**

E

contra o CPF  
**01924816300**

**NADA CONSTA** na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE:** Brasil  
**RG:** 2.437.966 / SSP-PI  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro(a)  
**MÃE:** MARIA ELIDIA FONTES VIEIRA  
**PAI:** OSEAS VIEIRA FONTES  
**ENDEREÇO:** RUA PROJETADA 74, N 353  
**BAIRRO:** LEME  
**CEP:** 64500000  
**MUNICÍPIO:** Oeiras - PI

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 31/07/2024 07:58:31

Código Verificador: 73100.D568D.044ED.76F37





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

39190924/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO** **CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**LILIAN FONTES VIEIRA**

**OU**

**CPF n. 019.248.163-00**

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:50:51 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 39190924

Código de Validação: 286E 89FE 689F 51D8 F230 2BE5 AFE7 E99B

Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23



31/07/2024



A10001201948

Filiação / Filiation  
**JOANA NUNES DA SILVA**  
**JOÃO NUNES DA CUNHA**

Órgão Expedidor / Card Issuer  
**SSP/PI**



1175

Local / Place of Issue  
**OEIRAS**  
Emissão / Issue  
**12/12/2023**

*Marcelo dos Anjos Mascarenha*

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature  
Marcelo dos Anjos Mascarenha  
Diretor Geral do Instituto de Ident. Digital "Félix Pacheco"

116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal



Nº 111859722024

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **JOAO AFONSO NUNES DA CUNHA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **JOAO NUNES DA CUNHA** e **JOANA NUNES DA SILVA**, nascido(a) aos 27/03/1965, natural de Oeiras-PI, CI 49734717391 SSP PI, CPF 497.347.173-91.

Esta certidão foi expedida em 30/07/2024 às 10:53 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 111859722024.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 413483 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**JOAO AFONSO NUNES DA CUNHA**

E

contra o CPF

**49734717391**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 49.734.717.391 / SSP-PI**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: JOANA NUNES DA SILVA**

**PAI: JOAO NUNES DA CUNHA**

**ENDEREÇO: ASS VISTA ALEGRE**

**BAIRRO: RURAL**

**CEP: 64500000**

**MUNICÍPIO: Oeiras - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 31/07/2024 07:53:09

Código Verificador: 1DCFF.F9D7C.BDEC6.ED07





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

39190600/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**JOAO AFONSO NUNES DA CUNHA**

**OU**

**CPF n. 497.347.173-91**

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:47:02 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 39190600

Código de Validação: D040 C7AC 8162 21EC 5887 1DFC 707D B8F9

Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
GOVERNO FEDERAL  
Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública



Nome / Name

JOANESSA SALDANHA DOS SANTOS

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number

002.678.633-81

Sexo / Sex  
F

Data de Nascimento / Date of Birth

08/02/1983

Nacionalidade / Nationality

BRA

Naturalidade / Place of Birth

OEIRAS/PI

Validade / Expiry

31/10/2033

*Joaneza Saldanha dos Santos*  
Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública

Nome / Name

JOÃO AFONSO NUNES DA CUNHA

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number

497.347.173-91

Sexo / Sex

M

Data de Nascimento / Date of Birth

27/03/1965

Nacionalidade / Nationality

BRA

Naturalidade / Place of Birth

OEIRAS/PI

Validade / Expiry

12/12/2033



João Afonso Nunes da Cunha

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE





Nº 111866002024

Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal

**ePol - SINIC**

**Sistema Nacional de Informações Criminais**

**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **JOANESSA SALDANHA DOS SANTOS**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **JOAO FRANCISCO DOS SANTOS** e **MARIA ZENA SALDANHA DOS SANTOS**, nascido(a) aos 08/02/1983, natural de Oeiras-PI, CI 00267863381 SSP PI, CPF 002.678.633-81.

Esta certidão foi expedida em 30/07/2024 às 11:00 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 111866002024.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 413482 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**JOANESSA SALDANHA DOS SANTOS**

E

contra o CPF

**00267863381**

**NADA CONSTA** na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE:** Brasil

**RG:** 267.863.381 / SSP-PI

**ESTADO CIVIL:** Casado(a)

**MÃE:** MARIA ZENA SALDANHA DOS SANTOS

**PAI:** JOAO FRANCISCO DOS SANTOS

**ENDEREÇO:** LOC CHAPADA DO CONSOLO, S/N

**BAIRRO:** RURAL

**CEP:** 64500000

**MUNICÍPIO:** Oeiras - PI

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 31/07/2024 07:50:47

Código Verificador: D89C7.A365A.85DB6.369B1







**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

39190662/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO**  
**CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**JOANESSA SALDANHA DOS SANTOS**

**OU**

**CPF n. 002.678.633-81**

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:47:44 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 39190662

Código de Validação: CE57 91CD AF50 453D 8C8B F7D5 B766 E1B9

Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23



31/07/2024



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal



Nº 111853552024

**ePol - SINIC**  
**Sistema Nacional de Informações Criminais**  
**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **FLAVIO AUGUSTO COSTA VIEIRA E SILVA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **MARIO VIEIRA DA SILVA** e **ANISIA MARIA DA COSTA**, nascido(a) aos 04/03/1994, natural de Oeiras-PI, CI 2577046 SSP PI, CPF 013.692.633-92.

Esta certidão foi expedida em 30/07/2024 às 10:47 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 111853552024.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 413481 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**FLAVIO AUGUSTO COSTA VIEIRA E SILVA**

E

contra o CPF

**01369263392**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE:** Brasil

**RG:** 2.577.046 / SSP-PI

**ESTADO CIVIL:** Casado(a)

**MÃE:** ANISIA MARIA DA COSTA

**PAI:** MARIO VIEIRA DA SILVA

**ENDEREÇO:** AVENIDA ABIMAEI CARVALHO, Nº 630

**BAIRRO:** JUREMINHA

**CEP:** 64500000

**MUNICÍPIO:** Oeiras - PI

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 31/07/2024 07:48:29

Código Verificador: 0951B.C2CEF.89067.13C23





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

39190805/2024

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

**FLAVIO AUGUSTO COSTA VIEIRA E SILVA**

OU

CPF n. 013.692.633-92

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:49:25 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 39190805

Código de Validação: 49F7 A427 A11B 4561 40A5 8608 61AC 0E3A

Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23



31/07/2024



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO JOÃO DE DEUS MARTINS



POLEGAR DIREITO



*Francisco Jélio Pereira Lessa*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

3.045.872

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

12/07/07

NOME

FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA

FILIAÇÃO

MARIA LUCILEIDE PEREIRA LESSA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

OEIRAS-PI

DOC ORIGEM

09/04/1992

CERT. NASC.

28295 L 30A F 247V

CPF EXP OEIRAS-PI 11/05/92

TERESINA - PI

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal



Nº 111855842024

**ePol - SINIC**  
**Sistema Nacional de Informações Criminais**  
**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **MARIA LUCILEIDE PEREIRA LESSA**, nascido(a) aos 09/04/1992, natural de Oeiras-PI, CI 3045872 SSP PI, CPF 044.948.483-10.

Esta certidão foi expedida em 30/07/2024 às 10:49 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 111855842024.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 413500 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA**

E

contra o CPF

**04494848310**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 3.045.872 / SSP-PI**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: MARIA LUCILEIDE PEREIRA LESSA**

**PAI: NÃO CONSTA**

**ENDEREÇO: RUA PROJETADA**

**BAIRRO: BODELANDIA**

**CEP: 64500000**

**MUNICÍPIO: Oeiras - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 31/07/2024 08:16:58

Código Verificador: 883AB.29D45.566FC.EC8ED







**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

39190748/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**FRANCISCO FELIPE PEREIRA LESSA**

**OU**

**CPF n. 044.948.483-10**

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:48:38 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

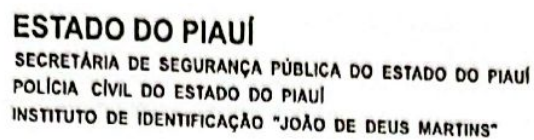
Certidão: 39190748

Código de Validação: 7E25 54CE E5B0 515A 65FA 182B C926 BC64

Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23



31/07/2024



OS DADOS BIOGRÁFICOS e biométricos apresentados neste documento estão contidos no RG original

Esse é um arquivo assinado digitalmente pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí em conformidade com o padrão de Assinatura Digital ICP Brasil. Caso necessite acesse <https://validar.itl.gov.br> e faça o upload desse documento para aferir a sua conformidade. **Você também pode escanear o Código QR ao lado.**



**Valid**







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 3484795

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS  
CPF: 04676382332  
RG: 04676382332 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP  
ESTADO CIVIL: Solteiro(a)  
PAI: FRANCISCO DE ASSIS MARTINS  
MÃE: MARIA IVONEIDE DA SILVA OLIVEIRA MARTINS  
ENDEREÇO: AV. DUQUE DE CAXIAS  
BAIRRO: CENTRO, MUNICÍPIO: OEIRAS - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3484795. Código verificador: 10872.5C063.C2905.9EC34

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º, da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 30 de Julho de 2024 às 11 h 04 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3484795. Código verificador: 10872.5C063.C2905.9EC34





Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Polícia Federal



Nº 111849262024

**ePol - SINIC**  
**Sistema Nacional de Informações Criminais**  
**Certidão de Antecedentes Criminais**

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS**, pais de nacionalidade Brasil, filho(a) de **FRANCISCO DE ASSIS MARTINS** e **MARIA IVONEIDE DA SILVA OLIVEIRA MARTINS**, nascido(a) aos 06/02/1999, natural de Oeiras-PI, CI 04676382332 SSP PI, CPF 046.763.823-32.

Esta certidão foi expedida em 30/07/2024 às 10:42 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 111849262024.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

39190384/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**RUAN VICTOR DE OLIVEIRA MARTINS**

**OU**

**CPF n. 046.763.823-32**

Certidão emitida em 31/07/2024, às 09:44:26 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília): Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 30/07/2024, às 06:54:23.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 39190384  
Código de Validação: 1DE9 3E2B 681D 6A48 029B 0839 74CB 42F5  
Data da Atualização: 30/07/2024, às 06:54:23





(Transcrição da nota EXTRATOS de Nº 22389, datada de 1 de agosto de 2024)

## ESTATUTOS

### FUNDAÇÃO FRANCISCO PINHEIRO DE ARAÚJO-FFPA

#### EXTRATO DO ESTATUTO

A Fundação Francisco Pinheiro de Araújo-FFPA Fundada na cidade de Oeiras-PI na cidade de Oeiras no dia 20.01.2013. **FINS:** Empreendimentos e promoção humana, elevação do nível de vida e bem-estar social nas áreas rurais e urbanas, dando condições para concretizações de saúde, educação, informação, lazer, habitação, cultura, ciência, desporto, agricultura, pecuária, combate à fome, miséria e pobreza, dentre outros instrumentos de apoio ao desenvolvimento socioeconômico da população. **DO QUADRO SOCIAL:** São considerados sócios todos aqueles que forem admitidos como tais, na forma do estatuto, independente de cor, raça, crença religiosa, classe social ou concepção política. **DA ESTRUTURA ORGÂNICA, ADMINISTRAÇÃO:** Diretoria, Conselho Técnico Consultivo, Conselho Fiscal e Conselho de programação, com mandato de 05 (cinco) anos, permitida a reeleição, onde nenhum de seus membros será remunerado. **DA ELEIÇÃO:** A escolha da diretoria será por meio de votação dos sócios em Assembleia Ordinária. **DO PATRIMÔNIO E RECEITAS:** O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial, pelos bens obtidos por aquisição regular todos os bens corpóreos ou incorpóreos que vier, a adquirir o título gratuito ou oneroso. Receitas provenientes de renda dos resultados de suas atividades; usufrutos e fideicomissos que forem constituídos; títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito; juros bancários e outras receitas de capital; contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras; pela administração pública direta ou indireta; rendimentos próprios dos imóveis que possuir; doações e legados. **DA FEROMA DO ESTATUTO DA DISSOLUÇÃO:** Para reforma do estatuto da Fundação é necessário a decisão da maioria de 2/3 (dois terços) dos participantes da Assembleia Geral Extraordinária aprovada para tal finalidade; A fundação poderá ser dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para tal finalidade; Extinta a fundação, o seu patrimônio disponível, se reverterá em benefício de uma entidade congênere, correlata ou afim devidamente inscrita nos órgãos responsáveis pelo cadastro de instituições assistenciais. Oeiras (PI), 31 de julho de 2024; Presidente Ruan Victor de Oliveira Martins.

Ruan Victor de Oliveira Martins

Presidente

